

**CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL E ACUMULAÇÃO DE TRABALHO:  
UMA INVESTIGAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACELERAÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DE GOIÁS**

**Marcelo Jose Moreira**  
UEG/IE-UFRJ/PPED/FAPEG  
marcelojmoreira@gmail.com

**Ana Célia Castro**  
IE-UFRJ/PPED  
castro.anacelia@gmail.com

### **Introdução**

O processo de desenvolvimento, entendido como a capacidade dinâmica com que as estruturas socioeconômicas se transformam, carece de intencionalidade. Esse processo se intensifica à medida que os elementos que compõem a estrutura (o sistema) se interagem, caracterizando um conjunto complexo localizado no tempo e no espaço (Furtado, 1986). Tal conjunto, materializado em instituições, se articula por meio de ações coordenadas que constroem as relações que criam as condições gerais para o fenômeno do desenvolvimento. Essas ações, em tese, se apresentam na forma de políticas públicas como ações de intencionalidade ao processo de desenvolvimento. Assim, o movimento que expõe a “heterogeneidade estrutural” do sistema (do conjunto econômico complexo), é o mesmo que a cria (e a recria), indicando a necessidade de serem expostos também, os elementos que a constituem. O conteúdo dessa matriz teórica aponta a relação centro-periferia como algo crucial para o entendimento desse processo. Por isso, é importante observar como se dão as relações entre e intra sistemas.

Dessa forma, o “ato desenvolvimentista”, quando resultante de uma ação “induzida” pelo Estado, pressupõe/precinde de planejamento, e as ações desencadeadas para materializá-lo são evidenciadas via ações coordenadas, ainda que diversas ações autônomas sejam criadas/geradas ao longo do processo, representando o resultado das diversas relações que ali se estabelecerão. Entende-se, assim, que o processo de desenvolvimento, como uma “cadeia de desequilíbrios” (Hirschman, 1962), gera condições que não suprimem a (as) intenção (ões) do processo e reforça a necessidade de organicidade. Então, intencionalidade, planejamento, desequilíbrio e organicidade são elementos de um mesmo processo: o de desenvolvimento.

O resultado desse arcabouço é a constituição de “condições gerais de produção” que, no caso, se apresentam, conforme Bernado (2009, p. 213-217) na forma de condições gerais: 1. **da**

**produção e da reprodução da força de trabalho** (as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, as condições de existência das famílias de trabalhadores, as infraestruturas sanitárias e hospitais e o urbanismo em sentido *lato*); 2. **da realização social da exploração** (tendo como condições amplas o urbanismo e as instituições repressivas); 3. **operatividade do processo de trabalho** (os centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem às classes sociais dominantes o controle dos mecanismos de decisão...); 4. **da operacionalidade das unidades de produção** (infraestrutura, em especial, as redes de produção e distribuição de energia, as redes de comunicação e transporte, os sistemas de canalização para fornecimento de água, coleta de lixo...); 5. **da operatividade do mercado** (infraestrutura, especialmente, redes de transporte e instalações de armazenagem, sistemas que permitem a veiculação, cruzamento e comparação de informações entre produtores e consumidores...); e, 6. **da realização social do mercado** (o caráter genérico da publicidade que, entre outras, condiciona certo estilo de vida).

O estudo proposto busca contribuir para revelar o fato de o estado de Goiás, como representante objetivado da inserção (passiva e subordinada - em discussão os graus e/níveis desta) do país na divisão internacional do trabalho, reafirma a condição de subdesenvolvimento brasileiro e replica em sua estrutura territorial os elementos que a constituem. De tal forma que, com todo o cuidado necessário para com os termos, os subsistemas (subestruturas) da estrutura territorial brasileira, apontam partes subdesenvolvidas de um todo subdesenvolvido revestido<sup>1</sup>.

A emergência do território de acumulação do trabalho (ambiente onde se estabelecem as contradições da acumulação no estado de Goiás, expressando suas relações intra e entre territorial no espaço econômico nacional) reflete a necessidade de um esforço teórico capaz de identificar seus elementos fundantes, que sustentem (ou não) as indagações: **1.** sua existência reafirma a incapacidade dinâmica de: no específico, o estado de Goiás manter o ritmo atual de crescimento e/ou alterar significativamente seu status na configuração do desenvolvimento regional brasileiro; e, no geral, o Brasil superar sua condição histórica de subdesenvolvimento, firmando a inevitabilidade da expansão capitalista com: a- sua mobilidade continuada e progressiva em busca de novos espaços econômicos de valorização (processo de homogeneização), e b- aprofundamento das alterações de sua base técnica provocando o aumento da produtividade do trabalho social e, em consequência, o aumento correspondente de trabalhadores no mesmo espaço, com ou sem

---

<sup>1</sup>Em que pese a adjetivação de um termo muito conhecido, extensamente debatido, e por muitos considerado obsoleto, a intenção não é reforçá-lo, mas propor um olhar mais acurado ao fenômeno e uma agenda de debates/discussão sobre o tema, em meio a um possível efeito euforia, causado pelo deslocamento do centro econômico mundial e seus desdobramentos sobre/para as economias da periferia e/ou semiperiferia.

condições objetivas de trabalho; ou, **2.** sua existência representa (ou consolida) a evolução das (e nas) correlações de forças locais, prontamente articuladas para um processo dinâmico de desenvolvimento do Estado, capaz de alterar sua participação na divisão territorial do trabalho brasileiro, ainda que não altere, necessariamente, a condição geral citada no item anterior, dadas as referências dos itens a e b acima? **3.** a relação de dependência estrutural que envolve a divisão territorial do trabalho interna com a divisão internacional do trabalho reforça o processo de “não integração espacial” nacional?

Os elementos deste arranjo político-sócio-econômico-territorial possibilitam ao estado de Goiás uma inserção profunda e integrada à lógica dos deslocamentos da economia internacional. Dessa forma, do ponto de vista do sistema internacional, o periférico é centro (em termos da divisão territorial do trabalho brasileiro, o estado de Goiás aponta a capacidade de relacionamento externo intensa, com base em suas atividades produtivas para exportação). Ou seja, as condições de “comando” partem da periferia do sistema econômico nacional, apontando um exercício recente de produção mundial caracterizada pela “homogeneização em matéria de capital constante fixo e circulante” (Marini, 2000). Pois, neste caso, é esta periferia-centro que canaliza a inserção historicamente passiva, do todo-fragmentado da (semi)periferia mundial (Brasil) ao centro (do capitalismo atual). Dito de outra forma, o estado de Goiás aponta para uma interessante arquitetura da relação centro-periferia: um processo de desenvolvimento periférico revestido. Revestido no tensionamento que se estabelece entre o poder político e o poder econômico ali institucionalizado; e que aponta características de centro em um espaço institucionalmente periférico.

Para esse estudo, apresenta-se a problemática do desenvolvimento no subdesenvolvimento, espelhado aqui na questão territorial brasileira. O elemento fundamental da análise é o desenvolvimento econômico-territorial brasileiro, ou ainda, a divisão territorial do trabalho brasileiro, traduzido na divisão territorial do trabalho goiano em sua complexa dinâmica de concentração de relações de produção. Cabe destacar que a ênfase na análise espacial se dará no processo de homogeneização de relações, isto é, “*de equalização, como tendência, requerida pelo capital de relações de produção mais apropriadas a seu movimento unificado de valorização, ou seja, de condições ‘mais igualitárias’ para sua reprodução ampliada*” (Brandão, 2007, p. 72). O objeto da proposta de pesquisa em tela é o desenvolvimento socioeconômico goiano, traduzido no processo denominado de acumulação de trabalho.

O estudo se propõe a investigar as condições de aceleração do desenvolvimento no estado de Goiás em suas contradições e dilemas (desenvolvimento com ampliação de desigualdades) e naquilo que se apresenta como elementos de normalidade (a lógica da expansão com concentração).

Daí que o objetivo geral da proposta de pesquisa é analisar as alterações/modificações recentes na divisão territorial do trabalho em Goiás, como parte integrante-fundamental do processo de desenvolvimento econômico em voga no Brasil, e em sintonia com a lógica recente da divisão internacional do trabalho. A justificativa se dá, entre outros, pelo fato de que a proposta visa dialogar com as transformações em curso na dinâmica capitalista, encontrando espaços de discussão em estudos (analíticos e teóricos) sobre a temática "território e desenvolvimento", e busca uma visão crítica do processo recente de desenvolvimento territorial brasileiro.

Para tanto, a abordagem histórica-estrutural-institucional, tendo como base a dimensão centro-periferia/relações de poder, colabora para o entendimento se (como, e até quando) Goiás manterá o ritmo atual de crescimento e/ou alterará significativamente seu *status* na configuração do desenvolvimento territorial brasileiro, como citado nas linhas anteriores. Ou não, e represente uma parte subdesenvolvida dependente no processo de desenvolvimento periférico brasileiro.

### **Metodologia**

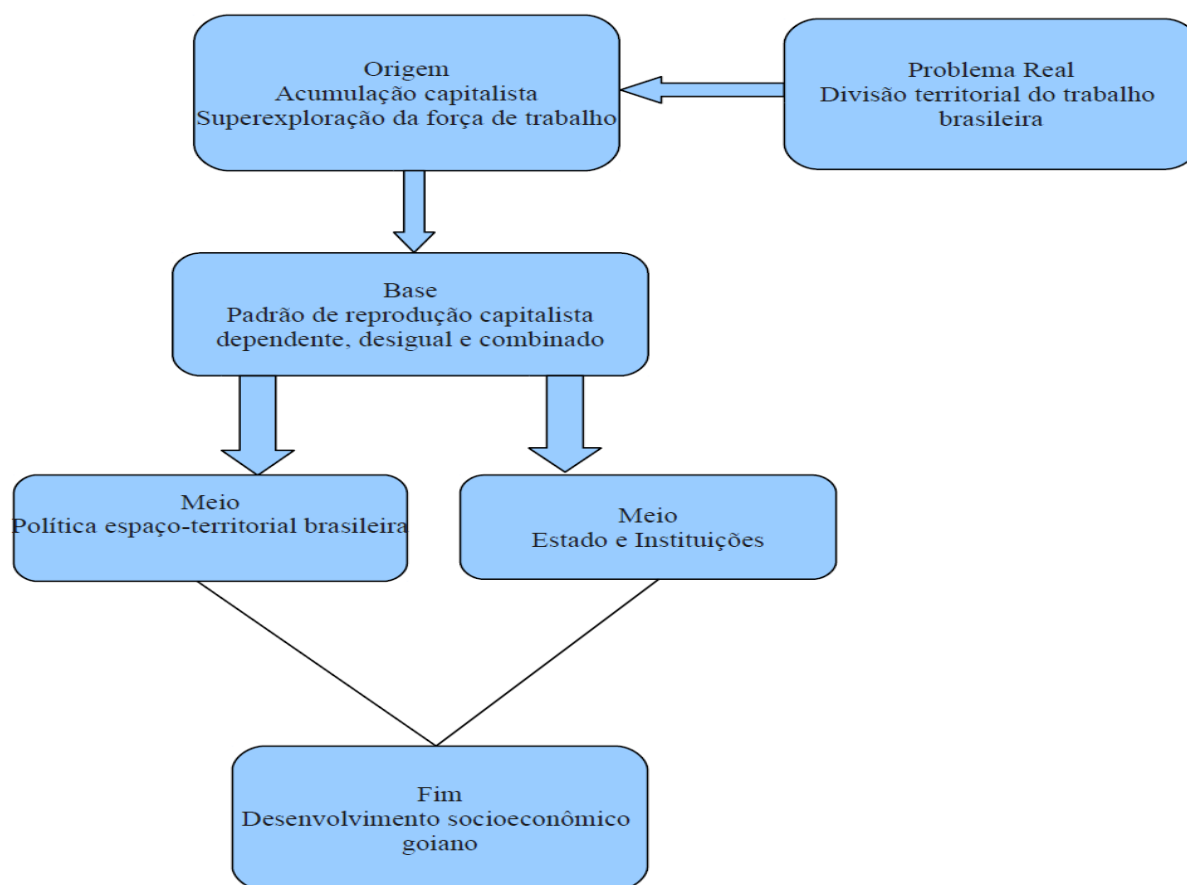
Para efeito desse trabalho de pesquisa, deve-se ressaltar que o termo estrutura refere-se "às proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço" (Furtado, 1986). Por conta disso, a análise de/sobre mudanças da estrutura deve ser acompanhada dos métodos histórico-institucional, dialético e pragmático. Este último em função da necessidade de realização de um esforço teórico capaz de fornecer elementos para promover transformações estruturais. Para tanto, faz-se necessário uma análise que contemple o desenvolvimento capitalista brasileiro nos últimos 30 anos para, a partir daí, caracterizar o processo de desenvolvimento do território em questão, com base nos métodos histórico-institucional e dialético, por meio da observação dos processos de aprofundamento, difusão ou diversificação das atividades econômicas, da concorrência entre espaços produtivos (com infra-estruturas públicas, equipamentos coletivos e de serviços) e do "complexo institucional". Questões essas fundamentais para a caracterização dos elementos fundantes para o objeto de pesquisa.

Esse percurso é realizado a partir das análises de dados secundários, obtidos na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/FIBGE (Censo e Pesquisas relacionadas à questão), no Ministério do Trabalho e do Emprego/MTE (RAIS e CAGED), no Ministério da Integração Nacional, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA e na Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, por meio do Instituto Mauro Borges.

O procedimento metodológico adotado, com base na análise de/sobre mudanças das estruturas, tem como elementos fundamentais, os seguintes: 1. "Troncos" teórico-metodológicos: a-

Histórico-estrutural-institucional, e b- Espaço-temporal-territorial; 2. Dimensões: a- Centro-periferia/relações de poder, e b- Espacial e territorial do desenvolvimento; 3. Categorias de análise: a- Centro-periferia e re-arranjo político-socioeconômico-territorial, b- Homogeneização de relações de produção (divisões internacional e regional do trabalho), e c- Formas de organização do território; 4. Variáveis teóricas: a- Herança institucional, b- Mudança institucional, e c- Relações de Poder; 5. Subvariáveis: a- Ambiente institucional: graus/níveis de participação/concentração de capital estrangeiro e nacional, instituições promotoras do desenvolvimento local/regional, b- Organização do Trabalho: ocupações, renda/rendimento, setores de atividade, taxas de ocupação e desocupação, taxa de produtividade, e c- Organização do Capital: estrutura setorial, polarização/concentração setorial, graus de monopólio, integração do capital produtivo com o capital financeiro, grau de estrangeirização da terra, o processo de *commoditização* e a questão dos preços relativos das mercadorias produzidas para exportação.

O plano geral de pensamento<sup>2</sup>, que sintetiza as questões (os apontamentos) apresentadas nos procedimentos metodológicos para a condução da agenda de pesquisa, é representado na figura abaixo:



<sup>2</sup>Com base no esquema construído por Couto (2007)

De forma que sua configuração indica: o problema real que incitou a pesquisa, a origem teórica que alimenta o procedimento de pesquisa, a base teórica-ideológica que marca os passos do percurso da pesquisa, os elementos que intermediarão a discussão e o "fim" do processo que é o objeto da pesquisa.

### **Resultados e Discussão**

Visto como um sistema global de sociedades/economias, o capitalismo, apresenta contrastes com desigualdades profundas e hierarquias historicamente constituídas, que tendem a se reproduzir. Mais ainda, a depender da extensão dos territórios nacionais e das suas potencialidades, as desigualdades e hierarquias potencializam os efeitos perversos que são próprios da ordem social capitalista (Myrdal, 1972; Chesnais, 1995; Marini, 2000).

Nesta perspectiva, as características socioeconômicas próprias ao subdesenvolvimento podem ser apresentadas da seguinte forma: **1.** heterogeneidade estrutural, concentração de renda e de riqueza (Prebisch, 1949; Pinto, 1969); **2.** dependência externa tecnológica, financeira, econômica e política (Prebisch, 1949; Furtado, 2003; Marini, 2012; Sodré, 1987; Osorio, 2012); **3.** oferta ilimitada de mão-de-obra (Lewis, 1969), como elemento fundamental para a superexploração da força de trabalho (Marini, 2000; Amaral e Carcanholo, 2012). Este último elemento condiciona o potencial do processo de acumulação em nível nacional.

Para efeito desse breve artigo e, especificamente, à inserção do Centro-Oeste brasileiro nesta questão, o contexto pode ser interpretado a partir de três elementos: a) a estrutura agrária ali evidenciada, indicando o regime de propriedade da terra (com efeito perverso sobre o regime de preços (Sodré, 1987) e historicamente caracterizada pelo processo de modificação do território (Sodré, 1941)); b) o controle do segmento agroindustrial por grupos estrangeiros (e/ou intensamente articulados ao capital nacional), indicando a definição de estratégias para inovações tecnológicas, bem como do sistema de decisões; e, c) a identificação, interna, da heterogeneidade estrutural que, em parte, explica a concentração de renda e a existência de uma superpopulação relativa, específica, sobretudo, em um exército industrial de reserva nas formas latente e estagnado.

Esses elementos apontam o “conflito” que se estabelece: as relações entre questões políticas, econômicas, culturais e a natureza, se confrontam para, juntas, organizarem o espaço e configurarem o território.

Decorre daí que a significativa importância da agropecuária no produto interno bruto e seu evidente peso nas exportações da região determinam o intenso grau de vulnerabilidade imputado sobre o Centro-Oeste brasileiro. A conjugação da necessária modernização tecnológica, aplicada

diretamente sobre a atividade agropecuária, e uma estrutura fundiária relativamente concentrada, define a existência da chamada “fronteira urbanizada”. Isso significa que há concentração da população e de atividades secundárias e terciárias em poucos centros urbanos. O que representa uma ampla heterogeneidade espacial, com a formação de uma rede de cidades pouco estruturadas, predominando municípios de pequeno porte com precárias atividades de serviços urbanos.

O processo de acumulação de trabalho (como transformador do trabalho, em aparência, em capital e em suas diversas formas), se dá de forma territorializada, intensificando o trabalho materializado, em ação e potencialmente materializado (ele mesmo em processo) de forma concentrada. Nisso se firma o território de acumulação do trabalho em Goiás: cerca de 52% da população goiana (IBGE, 2008) encontra-se em 12, dos 246 municípios do Estado (4,9% do total dos municípios). Esses 12 municípios detêm segundo dados RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), para o ano de 2008, 71% das ocupações profissionais geradas no estado e 59% da produção da riqueza do estado (SEPLAN/SEPIN, 2009).

Esse processo resulta, por sua vez, de uma espacialização desigual (porém intencional) das atividades produtivas no território goiano. É a esta espacialização desigual, mas homogeneizadora de relações de produção, do ponto de vista geral da acumulação de capital, que se deve a formação de um território de acumulação do trabalho. Leva-se em conta, com esse termo, o argumento de Santos (1986):

O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado (...) Essa ideia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Se tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo.

O território de acumulação do trabalho, materializado e em ação (portanto em processo), se faz representado da seguinte forma<sup>3</sup>:

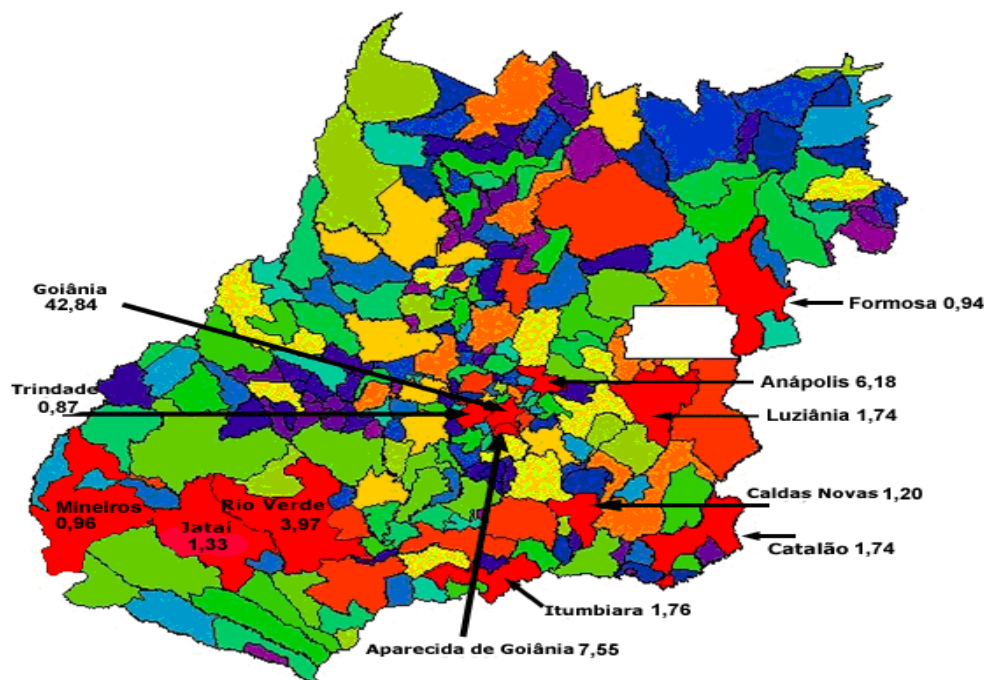


Figura 2: Goiás e o Território de Acumulação de Trabalho – 2008

Fonte: RAIS-MTE Elaboração: CeTTeD-CSEH/UEG

Como elementos que caracterizam o território de acumulação do trabalho como um processo de transformação do espaço econômico goiano através da manutenção da lógica de exploração e intensificação do trabalho, revestido pela industrialização agroterritorializada concentrada, tem-se que: **a-** 67% dos trabalhadores formais recebiam, em 2008, entre 1,01 e 3,00 salários mínimos. Houve aumento no número de trabalhadores na faixa de rendimentos de 1,01 a 2,00 salários mínimos em cerca de 113%, quando comparado ao ano de 2000; e, **b-** em 2000, os vínculos atípicos<sup>4</sup> representavam 3% do total dos tipos de vínculos gerados em seu mercado de trabalho formal; em 2008, esta representação passa para cerca de 8%. Isso indica um crescimento de 354% de contratos flexíveis no território de acumulação do trabalho de Goiás, frente a uma variação de

<sup>3</sup>Portanto: 3 municípios da Região Sudoeste (Jataí, Rio Verde e Mineiros), integrados por um município intermediário (Quirinópolis, não apontado); 2 da Região Sul (Caldas Novas e Itumbiara), interligados por Goiatuba e Morrinhos (não considerados na análise); 1 da Região Sudeste (Catalão); 2 da Região do Entorno do Distrito Federal (Formosa e Luziânia); 1 da Região Centro – Eixo BR-153 (Anápolis); e, 3 da Região Metropolitana de Goiânia (Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade).

<sup>4</sup>No trabalho atípico elementos que caracterizam o trabalho padrão (horário de tempo integral, tempos e lugares determinados para os trabalhadores empregados e independentes e diversidade de posição e papel entre o trabalhador empregado e o autônomo), não são encontrados. O trabalho atípico considera uma prestação de serviços cuja característica fundamental é a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual e por tempo determinado. (Vasapollo, 2005). Tal contrato exige regulamentação especial na legislação, em desacordo com o contrato padrão por prazo indeterminado, com uma jornada de até 44 horas semanais. Aqui aparecem, por exemplo, as seguintes modalidades: trabalhos temporários, contratos por tempo determinado, contratos por prazo determinado, trabalho voluntário, primeiro emprego etc.



58% dos vínculos típicos no período 2008/2000<sup>5</sup>.

Ao cabo desse processo, revela-se um período de oito anos de uma economia envolvida pela demanda internacional. Um período de relações comerciais externas embasadas no atendimento ao padrão de reprodução dependente, desigual e combinado que vigora na atual fase de acumulação e que, historicamente, reproduz os mecanismos de heterogeneidade da América Latina, replicados no desenvolvimento sócio-espacial-econômico brasileiro recente.

Em julho de 2004, a SEPIN<sup>6</sup> anunciava que:

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm urgência em pesquisar as áreas e beneficiar o minério para atender a grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Entende-se que a “urgência” e “a grande demanda do mercado mundial”, significa a crescente participação da China na geração da riqueza mundial (Castro, 2011). A citação demonstra também o “tamanho” das condições de dependência da região pela divisão internacional do trabalho, ao tempo que expõe a intensa participação de grupos estrangeiros sobre as decisões internas de investimento. Em junho de 2007, o agronegócio respondeu por 77,13% do total das exportações goianas, tendo a soja representado 41,65% desse total, o complexo da carne, 24,10%, e o sulfato de minério de cobre com 11,88%. O destino das exportações apresenta como primeiro comprador a China, seguida de Holanda e Índia, representando os três, cerca de 46% do total exportado<sup>7</sup>.

Em 2012, são os principais itens da pauta das exportações goianas: complexo de soja (25,7% do total exportado), complexo de carne (23,1%, principalmente bovina), milho e derivados (22%) e complexo de minérios (principalmente ferroligas – 6,9% - e sulfeto de minério de cobre – 5,9%). Os destinos das exportações goianas para o período foram: China, Holanda, Índia, Rússia, Taiwan, Coreia do Sul, Irã, Arábia Saudita, Japão e Hong Kong. As exportações para a China mantêm o tom da década: representam 21,3% dos produtos goianos enviados ao exterior (o segundo lugar, Holanda, representa 8,7% do total dos destinos das exportações goianas).

Quanto às importações, os países que mais comercializaram com o Estado de Goiás no

---

<sup>5</sup>Aqui reside a essencialidade dos contratos atípicos no mercado de trabalho brasileiro, em especial, no território de acumulação do trabalho em Goiás: fundamentar a exploração do trabalho em um mercado de trabalho em construção, tal qual existe em mercados de trabalho situados em espaços consolidados pelo processo de valorização do capital. Tornando a precariedade no (e do) trabalho a forma central e hegemônica de dinamizar o seu mercado de trabalho, este tende a se apresentar como um ambiente que não garante direitos e renda que possam contribuir para um adequado nível de vida para o trabalhador. Ou melhor, passa a garantir um nível de vida para o trabalhador adequado à acumulação do capital, via o aumento da exploração do trabalho (o processo da superexploração do trabalho).

<sup>6</sup>Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Órgão vinculado à Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Atualmente, Instituto Mauro Borges (IMB), vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás.

<sup>7</sup>A China não aparecia na lista dos principais compradores até dezembro de 2006 e o agronegócio representava 85,97% das exportações neste período.

período analisado (2012) foram: Japão (15%, do total importado), Alemanha (14,9%), Estados Unidos (14,1%), Coreia do Sul (11,6%) e Tailândia (11,6%). Os principais itens importados são: veículos automotores, tratores etc e suas partes e acessórios (31,9%), produtos farmacêuticos (19,6%), adubos e/ou fertilizantes (16,1%) e reatores nucleares, caldeiras, máquinas etc (12,9%).

As intenções de investimentos apontam o movimento concentrador da acumulação. Para o período 2012-2015, o número de projetos intencionados para as regiões Centro Goiano e Metropolitana de Goiânia, são 130 e 346, respectivamente. Isso representa 60% do total de projetos intencionados para o período analisado.

**Tabela 1 – Intenções de Investimento em Goiás por Regiões de Planejamento – vários períodos - em %**

Regiões de Planejamento	2004-2007	2005-2008	2006-2009	2007-2010	2008-2011	2009-2012	2012-2015*
Norte Goiano	5,09	5,04	3,03	5,14	4,69	1,03	4,1
Nordeste Goiano	0,35	0,68	0,88	0,37	1,66	6,31	1,6
Centro Goiano (Eixo BR-153)	42,92	34,86	32,06	26,51	17,39	13,66	15,5
Entorno do Distrito Federal	11,00	10,44	8,3	3,08	2,95	4,28	3,6
Noroeste Goiano	0,49	0,19	1,75	1,11	1,63	2,26	1,7
Oeste Goiano	5,93	6,79	5,58	11,32	13,35	12,17	13,5
Sudoeste Goiano	10,13	16,56	6,33	26,79	30,88	23,10	12,3
Metropolitana de Goiânia	10,25	13,45	13,51	9,98	7,28	6,61	11,7
Sul Goiano	5,53	6,65	11,75	11,15	13,45	14,82	14,2
Sudeste Goiano (Estrada de Ferro)	3,6	4,85	15,81	1,59	5,66	11,06	6,9

Fonte: SEPLAN/SEPIN

Elaboração: Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas/NEPE/CeTTeD-CSEH/UEG

Observação: As diferenças nos valores se devem a não definição do investimento até a publicação dos dados de cada pesquisa.

\* Para o período 2012-2015: Fonte: Goiás Fomento/SIC/Segplan-GO/FCO/Jornais Diversos.

Elaboração: SEGPLAN-GO/IMB/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais – 2012.

Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 29/06/2012.

A “aposta” da dinâmica industrial goiana está posta na geração de estabelecimentos que se verifiquem possibilitadores da utilização de seu maior insumo: a terra. Nesse sentido, não se altera a forma da geração de valor em seu território. Numa espécie de “dependência da trajetória” (como formação histórica de acumulação primitiva), o estado de Goiás incrementa o processo de utilização da terra (ali historicamente funcional), articulado ao processo de industrialização (intensifica, portanto, a agroindústria) com intensificação do trabalho, visando sua incorporação à divisão internacional do trabalho.

Esse cenário é causa e efeito de um processo recorrente de ampliação da intensificação do uso da força de trabalho goiana. Em que pese uma melhora na produtividade média do setor, nos últimos anos, essa pode ser considerada baixa. Isto porque, entre outras possíveis considerações, a evolução do número de trabalhadores ocupados no setor é um limitador: se dá de maneira lenta e

pouco significativa, frente à variação do valor da transformação industrial.

Outro elemento importante é a questão dos setores produtivos que contribuem para o aparato estatal, com seus mecanismos de arrecadação de impostos. Em termos setoriais, entre as 10 primeiras que contribuem com o ICMS, tem-se: 4 do setor de telecomunicações (telefonia), 3 do setor energético, 1 do setor de bebidas, 1, do setor automotivo e 1 da atividade do fumo (comércio atacadista e distribuição de tabacaria e fuma em folha beneficiado). O quadro 1 apresenta essa questão, que envolve o tipo de indústria que dinamiza o território goiano e mostra uma configuração que não se altera significativamente desde 2005. Ainda que 73,6% das 500 empresas que contribuem com o ICMS sejam do estado de Goiás, quando verificamos sua participação entre as primeiras desse grupo, aponta-se a centralização de empresas pertencentes a outros estados: entre as 10 primeiras, 7; entre as 20, 13 são de fora do Estado de Goiás; entre as 50, 29; e, entre as 100 maiores do ICMS, 48.

**Quadro 1 – Goiás: As 10 maiores do ICMS - 2011**

Classificação/anos	Identificação	Localidade (s)	Estado de origem
1º (desde 2005)	Petróleo Brasileiro S/A	Diversas	BR
2º (desde 2005)	CELG Distribuição S/A – CELG D	Goiânia	GO
3º (desde 2010, 5º em 2005, 4º de 2006 a 2009)	Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV	Diversas	BR
4º (desde 2010, 3º de 2005 a 2009)	Brasil Telecom S/A	Goiânia	GO
5º (5º em 2006, 6º em 2005, 2007, 2008 e 2010, 8º em 2009)	Petrobrás Distribuidora S/A	Diversas	BR
6º (em 2005 não aparecia na relação, 16º em 2006, 7º em 2008, 5º em 2007, 2009 e 2010)	VIVO S/A	Diversas	BR
7º (desde 2009, 11º em 2005, 9º em 2007, 8º em 2008)	Amerigel S/A	Diversas	BR
8º (7º em 2005, 5º em 2008, 6º em 2009, 8º em 2007 e 2010)	MMC Automotores do Brasil S/A	Catalão	GO
9º (8º em 2005, 7º em 2007, 9º em 2006 e nos demais anos até o momento)	Souza Cruz S/A	Diversas	BR
10º (15º em 2005 e 2006, 12º em 2007 e 2009, 11º em 2008, 10º em 2010)	TIM Celular S/A	Diversas	BR

Fonte: SEFAZ/Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás - “As 500 maiores do ICMS”.

O processo de acumulação de trabalho (como transformador do trabalho, em aparência, em capital e em suas diversas formas), se dá de forma territorializada, intensificando o trabalho materializado, em ação e potencialmente materializado (ele mesmo em processo), de forma concentrada e marcada temporalmente pela relação de dependência entre países. Nisso se firma o território de acumulação do trabalho em Goiás.

### **Considerações Finais**

Nestes termos, o estado de Goiás apresenta um cenário intensamente ofensivo aos seus trabalhadores, à sua população. A emergência de um território de acumulação do trabalho reflete a necessidade de uma intensa intervenção pública, no que se diz respeito às intenções e aos direcionamentos dos investimentos produtivos no estado (no sentido oposto ao que se verifica). O excedente de trabalho que se cria, por um lado, pelas migrações internas e, por outro, pela concentração de atividades produtivas em número limitado de municípios, intensifica o aparecimento de condições/relações de trabalho precárias, evidenciadas pelo nível de rendimentos e pelas ocupações em que seus trabalhadores estão inseridos. O que se desdobra é o possível crescimento econômico com o aprofundamento da segregação sócioespacial e o recrudescimento das (precárias) condições de vida da classe trabalhadora em Goiás.

A discussão em tela propõe-se como estudo epistemológico, com viés acadêmico, e busca de capacidade propositiva para apresentação de ações/propostas de intervenção aos diferentes de níveis de governo, que envolvem a estrutura de governo do Estado de Goiás. Há, ainda, o entendimento de que uma abordagem histórica-estrutural-institucional, tendo como base a dimensão centro-periferia/relações de poder/padrão de reprodução, colaboraria para a compreensão se (como, e até quando) Goiás manterá o ritmo atual de crescimento e/ou alterará significativamente seu *status* na configuração do desenvolvimento territorial brasileiro (ou não).

### **Agradecimentos**

Embora não tenha responsabilidade direta sobre os conceitos por mim emitidos neste breve artigo, muito devo à professora Ana Célia Castro, em sua formulação e no seu recorrente (portanto ainda em) processo de lapidação.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, FAPEG, pela bolsa de pesquisa.

Às Secretarias de Indústria e Comércio e de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, esta última por meio do Instituto Mauro Borges, nas quais seus prestativos funcionários não pouparam esforços em colaborar com esta breve discussão, disponibilizando dados e estudos realizados.

Ao Conselho Regional de Economia de Goiás que, por meio de seus encontros e debates, ao me convidar para mediá-los e/ou dialogar com colegas de profissão (representantes do governo ou não), me propiciaram momentos em que pude expor muitas das ideias aqui expressas, colaborando assim para o encaminhamento desse trabalho.

## Referências

- AMARAL, Marisa Silva e CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CASTRO, Ana Célia e CASTRO, Lavínia Barros de (orgs.). **Antônio Barros de Castro**: o inconformista – homenagem do IPEA ao mestre. Parte II: Teoria e tecnologia: pensando o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2011.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso de capitalismo de fim-de-século. In: Economia e Sociedade (5), Campinas: IE/Unicamp, dez, 1995.
- COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. In: Economia e Sociedade, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr., 2007.
- FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A.N. e SINGH, S.P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir. **Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste – versão final. Brasília: Governo Federal, sem data. [www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/index.asp?area=SCO](http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentodocentrooeste/index.asp?area=SCO). Acessado em 13/07/2007.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs). **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PINTO, Aníbal. **Inflación - raíces estructurales**. Fondo de Cultura Económica, 1975.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. In: RBE 3 (3): 47-111, set, 1949.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: Cadernos do IPPUR. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XIII, n. 2, 1999, p. 15-26.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Oeste – ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

## Abstract

This summary article seeks to reflect about the development process in course in the state Goiás. For both, it discusses about the possible elements that can explain this process in middle the creation of the space where is established the contradictions of accumulation in state Goiás, expressing their into and between territorial relations in the national economic state. In this is denoted the expression accumulation of work's territory. Such that the accumulation of work's process is checked in the intensifying condition of the structural dependence between countries, reproducing internally the contradictions of the unequal capitalist development.